

Assédio moral invade ambiente acadêmico

Docentes da Ufam relatam ser coagidos a assumir disciplinas, desmoralizados perante a comunidade acadêmica e perseguidos por defenderem opiniões divergentes. Pág. 8 e 9.

MANIFESTAÇÃO

Manaus tem 3º maior protesto do país



População amazonense vai às ruas protestar por educação e melhorias em outros segmentos. Ato público reuniu milhares de pessoas na capital.

Pág. 10 e 11.

ADEQUAÇÕES

Ufam e HUGV acumulam 19 falhas de gestão, segundo TCU

Página 5

ENTREVISTA

Especialista cita desafios para a humanização do trabalho

Professor da UPE, o doutor Agostinho da Silva Rosas fala sobre os desafios da educação e "humanização do trabalho" sob o olhar da pedagogia freiriana. Pág.13

FALTAM PROFESSORES

Estudo da FT revela déficit de 34 docentes na unidade

Página 7

Este editorial tinha sido pensado e discutido pela ADUA-Seção Sindical levando em consideração as condições de trabalho na qual a comunidade acadêmica realiza suas atividades cotidianas. Não obstante, os acontecimentos que sacodem o Brasil nas últimas semanas nos obrigam a mudar o enfoque e nos posicionarmos de maneira clara e direta. Assumimos o risco de nos equivocarmos num momento onde as palavras se tornam velhas antes mesmo de ser pronunciadas, onde ouvimos 'não recuaréi na decisão tomada' ou 'nunca privilegiarei uma decisão política perante uma decisão técnica'. Ou ainda silêncios que parecem intermináveis por não saber ou não querer se pronunciar. Nessas palavras se esconde e se apresenta um consenso, por momentos, silencioso, que só é desmascarado e explode em tempos como o atual ou como o da greve docente de 2012, isto é, a idéia de que os problemas que enfrentamos só requerem medidas técnicas para sua solução. Não é difícil ouvir nos Conselhos, nos corredores ou na conversa cotidiana que alguns dos

atores da universidade só querem saber de política e não apresentam soluções, isto é, o debate político é esvaziado de conteúdo e expulso pela porta da frente das instituições do Estado. Mas, quando menos esperamos, reaparece na cena pública como um tapa na cara e nos diz "é a política idiota". Hoje, mais uma vez, enfrentamos uma realidade que nos exige fazer política (ou sair à rua não é fazer política?! Como dissera Habermas: ciência e técnica também podem se transformar em ideologia. Temos que fazer política, temos que definir pautas e agendas que incluam desde aqueles que há tempos estão acordados, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e etc., até aqueles que começaram a perceber a necessidade de manifestar nossa indignação, participar ativamente do debate público, com intuito de mudar um sistema que se fez cego e surdo perante os reclames da sociedade. Um sistema político econômico que nos diz que 10% do PIB para a educação pública levaria o país à bancarrota, ou que a redução das tarifas de transporte público levariam estados

e municípios a diminuir os investimentos em outras áreas, ou, ainda, que os gastos com a Copa do Mundo de futebol são essenciais para o país não convence. As grandes empresas de comunicação querem impor ao movimento deflagrado pela juventude uma agenda que, se adequando a seus interesses, privilegie a denúncia da corrupção, mas não dos principais beneficiários do sistema político-econômico contemporâneo. Eis aí um ponto chave que deve ser discutido e colocado na agenda: será que a atual situação que vive a universidade, pautada pelo exclusivismo da produtividade, está à altura dos acontecimentos? Será que as mobilizações conseguirão romper o muro e abrir caminhos na instituição para outras formas de relacionamento com a sociedade que não exclusivamente os de mercado? Seremos capazes de enfrentarmos o processo de modernização vigente que tenta substituir a construção do espaço público político por medidas de gestão técnica? O debate está lançado. Resta saber como nós, docentes, técnicos e estudantes, traçaremos um novo caminho.

Notas

Devolução

Quatro professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília terão de devolver juntos aproximadamente R\$ 1,2 milhão à instituição por acumularem atividades remuneradas, quando deveriam estar voltados à prática de ensino, pesquisa e extensão, já que estavam submetidos ao regime de dedicação exclusiva. O caso estava sendo investigado pelo Ministério Público Federal há anos, a pedido de alunos. Os docentes assinaram um termo de ajustamento de conduta, cuja validade do acordo depende agora da homologação na 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. O procurador da República responsável por acompanhar o caso no MPF, Bruno Calabrich, lembra que o acúmulo de atividades é irregular e lamenta que essa prática se repita no Brasil inteiro. Este TAC tem "efeito pedagógico". Que sirva de alerta!

Extinção

Alvo de investigação a partir de denúncias sobre desvio de recursos envolvendo alguns de seus dirigentes, a Fundação Rio Madeira, instituição jurídica de direito privado de apoio à Universidade Federal de Rondônia (Unir), teve sua extinção decretada no dia 10 de maio, pela juíza Silvana Maria de Freitas, da 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Porto Velho. A decisão é decorrente uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE), segundo a qual a Fundação acumula uma série de pendências de ordem financeira, relacionadas com passivo trabalhista, prestadores de serviços e fornecedores, no valor de mais de R\$ 1,1 milhão. Após audiências na instrução do processo, a juíza pontuou que MPE, Riomar e Unir estão de acordo quanto ao ato de extinção. Conforme a magistrada, a gestão da entidade tem "feito da Fundação um modo de vida ilícito".

Contrapartida

Realizado pela primeira vez em Manaus, no dia 19 de maio, o evento esportivo "The Color Run" foi objeto de contestação pelo Instituto Amazônico da Cidadania (Iaci), em reunião do Conselho Universitário (Consuni) da Ufam, no dia 21 de maio. A atividade que reuniu aproximadamente 12 mil pessoas, no Campus da Ufam, em uma corrida com percurso de cinco quilômetros, segundo presidente do Instituto Hamilton Leão, mesmo sendo salutar, necessita de uma prestação de contas por parte da Universidade acerca da contrapartida recebida em troca da disponibilização do espaço, os danos causados à fauna e à flora, assim como os atores que trabalharam no evento. Conforme informações dos organizadores do evento, amplamente divulgadas pela imprensa, carros-pipa auxiliaram na limpeza da tinta jogada nos participantes, ao longo da corrida.

charge



Educação

Dados oficiais do Governo Federal revelam que mesmo o governo Dilma Rousseff tendo melhorado a renda dos pobres, ainda não conseguiu solucionar seus níveis miseráveis de acesso a emprego e educação. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), usado pelo governo para analisar a pobreza no país, em dezembro de 2012, o índice de acesso ao trabalho e ao conhecimento pelas famílias de baixa renda era de 0,29 e 0,38, respectivamente. Abrangendo ainda critérios como vulnerabilidade da família, disponibilidade de recursos (renda), desenvolvimento infantil e condições habitacionais, a avaliação aponta que os pobres brasileiros têm acesso a 61% de todos os seus direitos fundamentais, enquanto são privados de 39% deles.



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Belizario (presidente), Rafael Bellan de Souza (vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2º secretária) e Ana Cristina Belarmino (tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459).

Jornalista responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491).

Reportagem: Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra.

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Arquivo/Adua e divulgação.

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

■ Resolução

Discussão sobre afastamento de servidor para capacitação é adiada

Fotos: Anderson Vasconcelos

Os titulares do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) decidiram, por unanimidade, adiar a discussão sobre a Resolução nº 27/2008, que trata da normatização dos processos de afastamento de docentes e técnico-administrativos em educação para capacitação. A decisão foi tomada no último dia 24 de junho, em reunião extraordinária realizada no Plenário Abraham Cohen, na Faculdade de Direito. O assunto deve entrar em pauta na próxima reunião da maior instância deliberativa da instituição, com data ainda indefinida.

O pedido de adiamento da discussão feito pelo presidente da Adua, José Belizario, conselheiro que pediu vistas ao processo que propõe a alteração da matéria. “Com o adiamento da reunião ordinária do Consuni, que estava prevista para ocorrer somente no dia 28, não tivemos tempo para consolidar as contribuições encaminhadas por vários colegas das unidades acadêmicas da sede e de fora da capital”, afirmou.

Segundo o presidente da Adua, o trabalho de consolidação das propostas estava pre-

O trabalho de análise realizado pela Adua tem consistido em reuniões para o aprofundamento de estudos com professores e técnicos

visto para ocorrer ao longo da última semana de junho, conforme calendário divulgado no site da Associação. “Não pedimos vistas apenas para fazer simplesmente uma marcação política; é claro que esta atitude é também uma ação política, mas uma atitude responsável com a nossa universidade. Afinal, a implementação desta resolução vai decidir parte das nossas vidas de servidores da Ufam”, ressaltou.

A partir da decisão, a diretoria da Adua comprometeu-se a encaminhar à secretaria do Consuni a versão preliminar da consolidação da proposta para que o conteúdo chegue até os conselheiros. “O objetivo é que todos tenham conhecimento da proposta e preparem-se para o debate”, afirmou a tesoureira da Adua, professora Ana Cristina Belarmino.



O debate sobre a Resolução nº 27/2008 deve entrar em pauta na próxima reunião da maior instância deliberativa da instituição, cuja data ainda está indefinida.

Histórico

O processo que revoga a resolução sobre capacitação docente está sob análise, desde o dia 27 de maio, após o pedido de vistas do presidente da Adua, embasado na presença de lacunas capazes de suscitar interpretações equivocadas.

O trabalho de análise realizado pela Adua tem consistido em reuniões para o aprofundamento de estudos com professores

e técnicos, além de encontros promovidos com integrantes da Comissão de Capacitação dos Servidores (CCS), da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), da Comissão Interna de Supervisão (CIS), vinculada ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

No último dia 18, uma reunião com o diretor da CPPD, professor Claudio Milliotti, deu continuidade aos esclarecimentos

sobre a capacidade e às atribuições conferidas aos departamentos ligados ao processo de afastamento dos servidores para a capacitação, iniciados pela diretora do Departamento de Pós-Graduação, professora Maria Fulgência.

“Devido à alta complexidade da matéria, observamos a necessidade de aprofundamentos e estudos com o objetivo de melhorar alguns pontos”, disse Belizario.

■ Má qualidade

Brasil fica em penúltimo lugar em ranking global de qualidade de educação

O Brasil ficou em penúltimo lugar em um ranking global de educação que comparou 40 países levando em conta notas de testes e qualidade de professores, dentre outros fatores.

A pesquisa foi encomendada à consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU), pela Pearson, empresa que fabrica sistemas de aprendizado e vende seus produtos a vários países.

Em primeiro lugar está a Finlândia, seguida da Coreia do Sul e de Hong Kong.

Os 40 países foram divididos em cinco grandes grupos de acordo com os resultados. Ao lado do Brasil, mais seis nações foram incluídas na lista dos piores sistemas de educação do mundo: Turquia, Argentina, Colômbia, Tailândia, México e Indonésia, país do sudeste asiático que figura na última posição.

Os resultados foram compilados a partir de notas de testes efetuados por estudantes desses países entre 2006 e 2010. Além disso,

critérios como a quantidade de alunos que ingressam na universidade também foram empregados.

Para Michael Barber, consultor-chefe da Pearson, as nações que figuram no topo da lista valorizam seus professores e colocam em prática uma cultura de boa educação.

Ele diz que no passado muitos países temiam os rankings internacionais de comparação e que alguns líderes se preocupavam mais com o impacto negativo das

pesquisas na mídia, deixando de lado a oportunidade de introduzir novas políticas a partir dos resultados.

Dez anos atrás, no entanto, quando pesquisas do tipo começaram a ser divulgadas sistematicamente, esta cultura mudou, avalia Barber.

“A Alemanha, por exemplo, se viu muito mais abaixo nos primeiros rankings Pisa [sistema de avaliação europeu] do que esperava. O resultado foi um profundo debate nacional sobre o

sistema educacional, sérias análises das falhas e aí políticas novas em resposta aos desafios que foram identificados. Uma década depois, o progresso da Alemanha rumo ao topo dos rankings é visível para todos”.

No ranking da EIU-Person, por exemplo, os alemães figuram em 15º lugar. Em comparação, a Grã-Bretanha fica em 6º, seguida da Holanda, Nova Zelândia, Suíça, Canadá, Irlanda, Dinamarca, Austrália e Polônia.

Operação Martelo

Fotos: Anderson Vasconcelos



Ação da Polícia Federal resultou no afastamento de 19 servidores públicos de suas funções, além do cumprimento de 30 mandados de busca e apreensão

PF investiga fraudes em licitações na Ufam e outros órgãos federais

A Polícia Federal (PF) no Amazonas prendeu temporariamente, no dia 7 de maio, sete pessoas, entre elas uma servidora pública, suspeitas de integrar três organizações criminosas que vêm sendo investigadas desde 2007. Conforme as investigações, as quadrilhas desviaram mais de R\$ 40 milhões, a partir de fraudes em licitações e contratos públicos de órgãos federais em Manaus, Parintins e Porto Velho (RO), entre eles a Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Chamada de operação 'Martelo' (em alusão ao instrumento de trabalho de leiloeiros e pregoeiros, considerando que os crimes investigados envolvem licitações públicas), a ação da PF, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), resultou ainda no afastamento de 19 servidores públicos de suas funções, além do cumprimento de

A chefe regional da CGU, Maria Esmeralda Rodrigues, alerta que a comunidade acadêmica deve cumprir com o seu papel de fiscalizar as ações da administração da Universidade

30 mandados de busca e apreensão, 19 mandados de sequestro de bens móveis, três mandados de sequestro de bens imóveis.

"São medidas cautelares antecipatórias, que visam indispor esses bens aos investigados. Essa é uma tentativa não somente de resgatar a imagem do servidor, mas de defender o direito da população", disse, em entrevista coletiva, o delegado da PF Márcio Magno, res-

ponsável pela operação que visa combater a corrupção e o desvio de erário público. Ele garantiu que vários servidores serão responsabilizados, mas informou que os nomes só serão conhecidos ao fim do inquérito.

De acordo com Magno, as empresas investigadas estão impedidas de participar de novas licitações públicas até que a apuração seja concluída. "Essa é apenas uma etapa da operação. Vamos aprofundar as investigações a partir do material recolhido nos órgãos federais, para que possamos chegar a outros agentes delinquentes", destacou o delegado. "A fraude, nesse momento, foi estancada", completou.

A PF suspeita que outros agentes públicos estejam envolvidos em crimes de corrupção ativa e passiva, fraudes em licitação, peculato, crimes contra a ordem econômica, quadrilha, falsidade ideológica, dentre outros. Por isso, deve ouvir outras 60 pessoas, entre investigados e testemunhas.

"Possíveis Irregularidades"

Segundo a reitoria da Ufam a ação conjunta esteve ligada "especificamente a dois processos licitatórios, datados de 2008, nos quais são investigadas possíveis irregularidades". "A reitoria informou também que todas as medidas cabíveis foram tomadas para que a Administração Superior, preservando o dever de portar-se com absoluta transparência, pudessem disponibilizar, da melhor maneira possível, a documentação e demais informações indispensáveis para que a ação viesse a transcorrer sem qualquer incidente e com plena efetividade", informou por meio de nota.

Além da Ufam, as fraudes se deram, segundo a PF, no

Instituto Federal do Amazonas (Ifam), na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e no Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

Em entrevista à reportagem da Adua, a chefe regional da CGU, Maria Esmeralda Rodrigues, alerta que a comunidade acadêmica deve cumprir com o seu papel de fiscalizar as ações da administração da Universidade. "Transparência é a palavra de ordem. Todos os relatórios da CGU, por exemplo, estão publicados na íntegra. Continuamente estamos cobrando das instituições, damos prazos para as respostas em relação às irregularidades encontradas", disse.

■ Irregularidades

TCU aponta falhas de gestão na Ufam e recomenda adequações

Fotos: Arquivo/Adua

Uma fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), no ano passado, rendeu à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) seis determinações de adequação por falhas de gestão da Reitoria, no exercício 2010 e 2011. Ausência de um Código de Ética próprio, de treinamento e avaliação de servidores, e de estrutura para o adequado funcionamento da Auditoria Interna estão entre as irregularidades citadas pelo TCU no processo 009.934/2012-0.

Apontada no início de maio pela Receita Federal, Controladoria Geral União (CGU) e Polícia Federal (PF) como palco de desvios de dinheiro público, através de contratos e licitações fraudulentas, juntamente com o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), a Ufam, segundo auditoria do TCU, está passível de desvios éticos e atos ilegais capazes de gerar prejuízos financeiros aos cofres públicos, caso não se adequem.

De acordo com o órgão, no âmbito da ética dentro da academia, mesmo havendo formalmente uma comissão que trata do tema desde 2010, a mesma ainda não dispõe de espaço físico e nem pessoal para que possa cumprir adequadamente suas funções. O TCU destaca ainda que, em toda a sua existência, a comissão produziu apenas uma ata, que registra sua atuação a cerca de quatro processos envolvendo servidores da instituição, sendo que o documento foi entregue à equipe de auditoria sem que estivesse assinado pelos membros da Comissão de Ética.

Para que a questão seja sanada, o órgão determinou à Ufam que apresente um plano de ação para a criação do código de ética da instituição, assim como disponibilize estrutura física e condições de trabalho para a comissão. O órgão regulador orienta também a Universidade a levar em consideração as regras estabelecidas pelo Código de Ética do Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal nas celebrações de contrato, nos atos de posse e na investidura em funções.

Fragilidades em notas fiscais destinadas a aquisição de



Atualmente, o Campus Sul da Ufam passa por obras de ampliação



O HUGV foi responsável por 13 das 19 sugestões de adequação

material de consumo como órteses e próteses, evidenciadas pelo atesto do chefe do almoxarifado ao invés de farmacêutico, enfermeiro ou outro profissional com conhecimento sobre o produto; e de atesto de servidor não indicado em contratos com a Fundação Unisol, em 2009, e a empresa Rudary, em 2011, segundo o TCU, evidenciam

a falta de critérios para a seleção de servidores que exercem a função de atesto de bens e serviços.

“Que a Ufam estabeleça critérios para a seleção de servidores que recebam e atestam bens e serviços de forma a evitar que eles exerçam outras atividades incompatíveis, tais como: ordenador de despesa, pregoeiro, membros das comis-

Caso a instituição não se adequem, desvios éticos e atos ilegais podem gerar prejuízos financeiros aos cofres públicos, segundo o TCU

O relatório completo das irregularidades identificadas pelo TCU na universidade e no hospital universitário pode ser consultado na página da Adua (www.adua.org.br)

para a normatização da avaliação de desempenho dos servidores que compõem o quadro de pessoal da universidade.

Destinada ao assessoramento técnico direto da Reitoria e ao planejamento e execução das atividades de auditoria operacional com vinculação do Conselho de Administração (Consad), a Auditoria Interna da Ufam também teve sua atuação e quadro físico como insuficientes pelo TCU. O setor, que atua em 15 unidades acadêmicas na capital, em cinco no interior e em 16 Órgãos Suplementares, conta com apenas um servidor efetivo, dois técnicos administrativos e dois estagiários. Fato apontado pelo órgão como causa de prejuízos financeiros e danos à imagem da entidade.

Deficiências no controle de licitações e ausência de orçamentos detalhados capazes de subsidiar a celebração de contratos, na gestão 2010 e 2011, estiveram entre as falhas identificadas pelo TCU no HUGV, durante a auditoria. No órgão suplementar, o TCU identificou 13 inadequações em procedimentos administrativos passíveis de danos financeiros.

A reportagem da Adua procurou insistentemente a Administração Superior da Ufam para comentar o caso, mas não obteve sucesso.

sões de licitação e responsável pelo almoxarifado”, recomenda o TCU.

Quanto à capacitação de servidores, o órgão recomenda que a universidade inclua em seu plano anual de capacitação cursos e treinamentos destinados aos integrantes das comissões que conduzem sindicâncias e processos administrativos, uma vez que poucos recursos financeiros foram destinados a este campo nos últimos exercícios.

A inexistência de uma avaliação de desempenho funcional dos servidores na Ufam, podendo subsidiar a existência de baixa produtividade e falta de compromisso com a organização, levou o TCU a fixar um prazo de 60 dias para que a Ufam apresente um plano de ação destinado à adoção de critérios

Direito

Adua requer que Reitoria da Ufam considere a insalubridade na contagem da aposentadoria

Fotos: Divulgação

A Adua protocolizou, no dia 27 de maio, um ofício junto à Administração Superior solicitando que a Universidade reconheça o mandado de injunção nº 880 – 9/400, interposto ao Supremo Tribunal Federal e acatado pelo ministro Eros Grau, em maio de 2009. A solicitação busca assegurar o direito à vantagem especial de tempo de serviço aos servidores que exercem atividades em condições insalubres, perigosas e penosas.

Responsável pela contagem do período de exercício de insalubridade na redução do tempo de aposentadoria, a medida provisória (MP) 568/2012, que trazia o teor do PL 2203/11, contendo vários pontos acordados entre o governo e categorias do funcionalismo, foi aprovada em julho do ano passado pelo Senado.

Integrante do mandado de injunção, por intermédio do ANDES, a Adua conta hoje com 122 servidores expostos a substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, recebendo o adicional sobre o vencimento do cargo efetivo, porém sem direito à antecipação ao benefício da aposentadoria, conforme determina o artigo 68, da Lei 8.112/1990.

Além da concessão do benefício aos servidores em pleno exercício da atividade, a Adua requer que a vantagem legal estenda-se aos servidores já aposentados e os que se encontram com pedido de aposentadoria em curso.

Histórico

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/2012, a MP causou polêmica desde a edição em maio. Entre outros pontos, o texto previa a mudança no adicional de insalubridade e periculosidade, transformando os percentuais em valores nominais, o que reduziria substancialmente o salário dos servidores que desenvolvem atividades consideradas de risco. Além disso, propunha também a alterações na carga horária dos médicos e veterinários, que seria dobra-



A Adua conta hoje, com 122 servidores expostos a substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida recebendo o adicional

da (de 20 para 40 horas semanais) com a manutenção da remuneração.

Após protesto e pressão junto aos parlamentares por parte dos Servidores Públicos Federais, os pontos foram alterados no parecer elaborado pelo senador Eduardo Braga (PMDB/AM), que foi encaminhado tanto para a votação na Câmara (ocorrida no dia 4/7) quanto no Senado.

Na redação original, esses adicionais eram transforma-

dos em valores fixos (de R\$ 100 a R\$ 260), de acordo com o grau de exposição e criava uma Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), que seria concedida aos servidores em caso de redução salarial. Com a exclusão da mudança, permanece o cálculo com base no vencimento do cargo, conforme estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores (Lei 8.112/90).

“O que o governo queria fazer não foi aprovado nas mesas de negociação que resultaram na lei 2203/11 e era mais uma das várias maldades contidas na MP 568/12. Os parlamentares fizeram bem em manter o pagamento da insalubridade e periculosidade como estava previsto do Regime Jurídico Único”, argumentou o 1º vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch.

Acordo Emergencial dos Docentes

O PLV 14/2012 traz, na seção XVIII, a correção de distorções das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - fruto do acordo emergencial firmado entre o ANDES-SN e o governo em agosto do ano passado.

O termo de compromisso previa a incorporação das gratificações por exercício do Magistério no Ensino Superior (Gemas) e no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Gedbt) e a aplicação de ajuste de 4% sobre a tabela remuneratória dos professores fede-

rais, a partir da folha de pagamento do mês de março.

Além disso, o acordo estabelecia também o limite de 31 de março de 2012 para a conclusão dos trabalhos acerca da reestruturação da carreira do professor federal, prazo este que não foi cumprido pelos membros do executivo.

A falta de compromisso e a intransigência do governo frente à negociação da carreira levaram os docentes a deflagrar, no dia 17 de maio, a maior greve realizada pela categoria nos últimos dez anos.

■ Levantamento

Faculdade de Tecnologia amarga déficit de 34 professores de carreira

Fotos: Anderson Vasconcelos

Relatório elaborado pela diretoria da Faculdade de Tecnologia (FT), após protesto dos estudantes do curso de Engenharia de Produção contra a falta de docentes de carreira no quadro do curso, aponta um déficit de pouco mais de 30 professores, na unidade acadêmica da Ufam. Com 105 professores em exercício, a FT, segundo o vice-diretor, professor Nilson Barreiros, precisaria de 139 docentes, divididos na carga horária de 18h, para que os alunos não fossem prejudicados.

O ingresso de 500 novos alunos por ano, associado ao número de retenções por reprovação é apontada por Barreiros como fator agravante da defasagem de docentes na unidade, atualmente com 2,5 mil alunos matriculados.

“Para se ter uma ideia, só no curso de Engenharia Civil temos 170 alunos retidos por não terem conseguido se formar devido a pendências em disciplinas”, informou, ressaltando que o projeto pedagógico do curso, por contar com matérias pré-requisito para outras disciplinas, acaba atrasando os discentes.

Dos 15 professores previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção, apenas seis estão dentro de sala de aula, sendo esperada a chegada de mais dois substitutos. Atualmente, 20 disciplinas da FT estão sem professores, obrigando o departamento a buscar professores de outros cursos, aptos a ministrar o conteúdo, segundo Barreiros.

“Para conseguir dar aula para todos os alunos, venho juntando duas turmas totalizando cem alunos. Hoje temos professores na FT com até quatro disciplinas”, informou o vice-diretor, destacando que cada professor pode assumir até duas disciplinas, cabendo pedido de permissão ao Conselho Diretor e Departamental, no caso de uma terceira.

Barreiros destacou que a falta de professores se repete em outros cursos da unidade acadêmica, sobretudo, os criados após a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universida-



Dos 15 professores previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção, apenas seis estão dentro de sala de aula

des Federais (Reuni), em 2007. O Programa ampliou o acesso às instituições de ensino superior e possibilitou, no caso local, a interiorização da Ufam, mas não abriu vagas suficientes para o quadro de docentes.

“O problema é sempre informado à Reitoria da Ufam, mas a contratação não depende exclusivamente da universidade e sim do Ministério da Educação, que autoriza a liberação de vagas e de recursos para ampliação do quadro”, afirmou.

No último dia 21 de junho, o Centro Acadêmico, o vice-reitor e o vice-diretor da FT se reuniram para analisar o relatório sobre o déficit de docentes.

Protesto

Estudantes de Engenharia de Produção, da Faculdade de Tecnologia (FT), ocuparam a Reitoria da Ufam, no dia 18 de junho, em protesto pacífico contra a falta de professores de carreira no

quadro do curso da instituição. Com cartazes e palavras de ordem, eles exigiram respostas ao problema que, segundo eles, se estende desde que o curso foi criado, em 2004.

Segundo o presidente do Centro Acadêmico de Engenharia de Produção (Caepro), Almir Caggy, a medida tomada pelos estudantes reflete a falta de resposta institucional sobre o déficit de professores, já anunciado após sucessivas reuniões no Conselho Departamental (Condep) do curso e outros colegiados da universidade. “Já procuramos todas as instâncias para resolver o problema e não tivemos retorno. Não aguentamos mais essa situação”, criticou.

Caggy, que também é representante estudantil no Condep afirma que o quadro atual de docentes além de insuficiente, não condiz com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que aponta a necessidade de 15 professores para atender as disciplinas da

Atualmente, 20 disciplinas da FT estão sem professores, obrigando o departamento a buscar professores de outros cursos

grade curricular do curso.

“Dos seis professores de carreira que temos, um está de licença. Com os três substitutos não podemos contar já que nessa condição, eles não podem comprometer-se com a universidade”, disse, ressaltando que a falta de professores compromete o envolvimento dos estudantes em projetos de pesquisa e práticas de extensão.

Após o protesto, os estudantes conseguiram uma agenda com o vice-reitor, Hedinaldo Lima, e a pró-reitora de Ensino de Graduação, Rosana Parente para bus-

car soluções para o problema. De acordo com Lima, existem atualmente duas vagas abertas para o curso, mas cabe a unidade acadêmica definir a quantidade de professores necessários. “A Faculdade de Tecnologia é que precisa definir quantas vagas mais serão necessárias, especificando os cargos (professor auxiliar, assistente ou adjunto) e a área do concurso, para que a universidade publique os editais”, explicou.

Segundo o vice-reitor, a contratação de substitutos não é uma saída para o caso. “Existe um limite para a contratação de professores substitutos e a Universidade não pode contratá-los indiscriminadamente”, disse. A titular da Proeg reconheceu o problema e acrescentou que a Universidade está tomando as medidas para resolvê-lo. “Vetores escaparam de nossas mãos, mas não foi por nossa vontade de acertar. Temos que ajustar algumas divisões que foram injustas”, afirmou.

■ **Humilhação**

Assédio Moral põe em risco a produtividade docente

As exigências cada vez maiores no mercado de trabalho atualmente fomentam a competitividade entre os profissionais, assim como a proatividade e a superação ininterrupta de obstáculos. Itens como corresponder às expectativas da chefia ou as necessidades de um cargo preenchem a lista de critérios para que um trabalhador seja considerado um bom profissional. Mas o que fazer quando o empregador/chefe persegue, sobrecarrega ou coage o servidor ao desvio de função?

Lotada no Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari (ISB/Ufam), a mestre em Geologia, Maria Rosaria do Carmo conta que seu sonho de ser professora universitária começou a ser ceifado pelo assédio moral há sete anos, quando ingressou na Ufam, através de concurso público, e descobriu que não lecionaria disciplinas correlatas à sua área de especialização.

Com o processo nº 23105.001375 junto ao Conselho de Administração (Consad), datado de setembro de 2012, no qual solicita relotação onde possa desempenhar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a professora, fora da sala de aula por não ceder às pressões da direção, afirma que já chegou a ser obrigada pela Universidade a ministrar, em 2007, a disciplina de Informática Básica para quatro turmas de Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Ciências: Biologia e Química, mesmo declarando-se inapta para tal.

“O assédio começou desde o primeiro dia de trabalho. Em novembro de 2006 iniciei minhas atividades acadêmicas fora da minha área de formação. Era nova na instituição e acabei me sujeitando a lecionar Química Geral e Aplicada para três turmas, Saúde Ambiental para o curso de Enfermagem, assim como Informática Básica”, lembra, ressaltando que por falta de domínio do assunto, dava apenas conceitos gerais, sendo alvo de brincadeiras por parte dos alunos.

Segundo Rosaria, buscando evitar a continuidade do seu desvio funcional, interrompido apenas entre 2008 e 2010, durante seu afastamento para o mestrado, recorreu por meio de memorando à coordenação do curso de Ciências: Biologia e Química, relatando sua falta de preparo e conhecimento aprofundado para ministrar as disciplinas de Química Geral e Química Orgânica, lançadas como sua atribuição no portal do Professor, no primeiro semestre de 2011, porém, mais uma vez, foi vítima de assédio moral, tendo seu pedido ignorado durante 30 dias, sendo obrigada a reencaminhar o documento.

“Infelizmente após um longo desdobramento, incluindo consultas entre a coordenação e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), tive a informação de que as disciplinas não deveriam ficar sem professor para que as atividades não fossem prejudicadas, como se a presença do docente,



desassociada ao seu conhecimento, fosse suficiente para garantir a plena formação do discente”, afirma.

Instruída por outros professores, que também sofrem assédio, a passar seminários aos alunos e assumir estágios em licenciatura, com o objetivo de mascarar sua falta de domínio do conteúdo e de didática, a professora não esconde a frustração por estar sendo impedida de aplicar e repassar seus conhecimentos em Geologia.

“A universidade deveria ser a primeira a fomentar e incentivar a aprendizagem. Passei em um concurso para minha área de conhecimento e o Consad mesmo assim insiste em manter o parecer contrário à minha transferência para a capital, onde posso desempenhar minhas atividades de ensino, pesquisa e extensão”, desabafou, esclarecendo que, no entendimento do Conselho, é necessário que um professor da capital assumira sua vaga em Coari.

Em Coari, apenas os cursos de Biologia e Química, ainda assim no 5º período, contam com uma disciplina ligada à Geologia.

Também atuando no ISB/Ufam, desde

2006, a doutora em Genética Molecular Humana, professora Izabel Heckmann conta que desde que chegou à unidade acadêmica passou a ser perseguida e “tratada de forma diferenciada” pela direção, frente a alguns colegas. Responsável pela criação do Laboratório de Genética Molecular Humana (LABGEN), a professora afirma que um parecer pondo em xeque a real necessidade do espaço e exigindo a sua destinação exclusiva ao ensino, apesar da pesquisa e extensão comporem o tripé da Universidade, deixou claro a onda de humilhações que estavam por vir.

“Fui informada por colegas que a intenção da direção era me tirar do laboratório, sendo sugerida inclusive a adição de um artigo por parte da comissão responsável, caso necessário”, afirma, ressaltando que as chaves do laboratório chegaram a ser trocadas para impedir seu acesso ao local de trabalho.

De acordo com a professora, os gritos, ofensas e ameaças começaram a se intensificar a partir de 2010, quando perdeu o direito de coordenar o LABGEN, chegando ao ponto de ser agredida fisicamente com



Perseguição, sobrecarga de trabalho e humilhação de docentes da Ufam em Coari e Manaus

“O assédio começou desde o primeiro dia de trabalho. Iniciei minhas atividades acadêmicas fora da minha área de formação. Era nova na instituição e lecionei Química Geral e Aplicada para três turmas, Saúde Ambiental para o curso de Enfermagem, assim como Informática Básica”

afirmou, Maria Rosaria do Carmo

“Fui informada por colegas que a intenção da direção era me tirar do laboratório, sendo sugerida inclusive a adição de um artigo por parte da comissão responsável, caso necessário”

revelou, Izabel Heckmann

“Por não compactuar com as humilhações e perseguições exercidas contra outros docentes, acabei me transformando também em um alvo dessas pessoas”

conta, Sandra Campos

Fotos: Annyelle Bezerra e Anderson Vasconcelos



ções estão entre os assédios sofridos por

Atos que caracterizam o assédio moral

- Retirar da vítima a autonomia;
- Contestar sistematicamente todas as suas decisões;
- Criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada;
- Retirar o trabalho que normalmente lhe compete;
- Dar-lhes permanentemente novas tarefas;
- Pressioná-la para que não faça valer seus direitos (férias, horários, prêmios);
- Causar danos morais, psicológicos, físicos entre outros, em seu local de trabalho;
- Não levar em conta recomendações de ordem médica indicadas pelo médico do trabalho;
- Os superiores hierárquicos ou colegas não dialogam com a vítima;
- A comunicação com a vítima passa a ser unicamente por escrito;
- Ignorar a presença do trabalhador, dirigindo-se apenas aos outros;
- Não repassar o trabalho, deixando o trabalhador ocioso.

um empurrão por um membro da direção da unidade, quando transitava por um corredor ao término do expediente.

Seu isolamento dos demais colegas, com o objetivo de fragilizar suas relações interpessoais, e o corte das listas de reagentes em 2009 e 2010, inviabilizando as atividades do LABGEN e gerando prejuízos à Ufam, também estiveram nas práticas de assédio moral vivenciadas em Coari, segundo Izabel.

“Quando houve a alocação dos professores nas novas salas, me senti punida ao ter minha mesa de trabalho instalada em um laboratório vazio, localizado em outro bloco. Devido o corte de reagentes, a Ufam arcou com as despesas de transporte e alimentação ao enviar os alunos finalistas para desenvolverem o estágio em Manaus, devido à falta do material em Coari”, lembra, destacando que também teve projetos de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) reprovados, com pareceres alegando a existência de projetos já prontos, sem que uma única amostra tivesse sido processada.

De acordo com Izabel, a exposição pejorativa da sua imagem ultrapassou o ambiente universitário, ao ser intimada a comparecer à delegacia por ter, supostamente “passado por cima da autoridade da coordenadora” ao encaminhar seu projeto do Simpósio Multidisciplinar de Biotecnologia Aplicada à Saúde (SIMBIOTECS) diretamente a Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PRO-EXT), por desconhecer a existência do Comitê de Extensão do Interior (COMEXI).

“Normalmente eram atribuídas a mim as disciplinas de outros cursos, que não os da biotecnologia”, relata.

Cansada das humilhações e perseguições, a professora conta que, no dia 17 de março de 2010 protocolou denúncia (nº 23105.005248/2010) junto à Procuradoria, que sugeriu a abertura de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). No entanto, a Comissão para o PAD não foi instaurada.

“Quase três anos se passaram e a Comissão não foi constituída, nada foi apurado, ao

contrário, os problemas só aumentavam. Inclusive, a providência tomada pela Universidade foi aposentar meu perseguidor, dando a ele 24% de gratificação e agradecendo os bons serviços prestados durante o exercício do cargo. Para mim, um ato repugnante”, desabafa.

Aprovada em concurso público para ingresso na Ufam, em 1994, no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL/ Manaus) a doutora em linguística Sandra Campos revela que ainda hoje convive com os problemas de saúde acarretados pelo assédio moral sofrido ao longo de mais de uma década. Hipertensão, depressão, perda do interesse pelo trabalho e necessidade de utilização de remédios controlados estão entre os prejuízos trazidos pela perseguição exercida por superiores e colegas de trabalho do Departamento de Letras.

“O assédio começou assim que ingressei na universidade. Por não compactuar com as humilhações e perseguições exercidas contra outros docentes, acabei me transformando também em um alvo dessas pessoas que infelizmente dominaram por muito tempo o departamento”, conta.

Segundo Sandra, os assediadores adotavam a estratégia de expor a vida de seus desafetos em reuniões departamentais, ironizando condutas e torturando psicologicamente as vítimas. A professora destaca que a desqualificação do profissional frente aos alunos e aos demais professores também não era rara.

Lotada hoje no Departamento de Comunicação Social da Ufam (Decom/Ufam), a professora afirma que realizou seu mestrado, em 2002, sem a disponibilização de bolsa auxílio por parte da instituição, tendo que custear o curso com recursos próprios e com ajuda de custo por intermédio da Fapeam.

De acordo com Sandra, que hoje se recupera das humilhações, tanto a reitoria como a vice-reitoria foram procuradas, à época, para solucionar o caso, mas o único retorno recebido foi a manifestação de solidariedade da Administração Superior.

Assédio moral: um mal que assola o trabalho docente nas instituições federais de ensino

O assédio moral consiste num conjunto de atos contínuos que afetam a saúde do professor, perturbam o ambiente de trabalho, ocasionam uma fragilidade psíquica capaz de comprometer a auto-estima e têm por objetivo a demissão do empregado, assim como seu pedido de aposentadoria, licença prolongada e até o desenvolvimento do sentimento de culpa devido sua improdutividade.

As perseguições e demais atitudes advindas com o assédio proporcionam um ambiente hostil para o afastamento do trabalhador de suas funções, levando-o ao desinteresse pelo que faz, além de buscarem humilhar e destruir a dignidade da pessoa humana. Síndromes como a de Burnout, fenômeno cada vez mais presente na vida dos docentes, e caracterizada pelo adoecimento devido às diversas atribuições do magistério, figura entre os prejuízos aos quais os professores estão expostos.

Neste sentido, o assédio moral é uma ação cruel, desumanizante e humilhante, repetida por longo período de tempo, praticada por pessoas que estão em posição de chefia no ambiente de trabalho, por um grupo de subalternos ao seu chefe, bem como por colegas que assumam a mesma função, em igualdade hierárquica. Sendo assim, o assédio não está restrito ao poder hierárquico nas relações trabalhistas, podendo ser praticado tanto por quem está no topo como por quem está na base do quadro.

O assédio moral pode ser classificado em tipos: vertical (quando praticado pelo superior ao seu subalterno); ascendente (quando praticado pelo subalterno ou um

grupo de subalternos ao seu superior); e horizontal (quando a hostilidade parte de colegas que estão no mesmo nível hierárquico).

Exigências de tarefas para os quais não se foi contratado, exigência de trabalhos sem habilitação profissional e até deslocamento para uma função subalterna com o objetivo de constranger o funcionário são alguns exemplos de atos que configuram o assédio no ambiente laboral.

No espaço acadêmico, estas atitudes antiéticas são caracterizadas pela reprovação ou aprovação de projetos com restrições, sem motivos relevantes; quando um gestor (coordenador de curso, chefe de departamento, diretor, etc), não respeita as decisões colegiadas, visando prejudicar um professor; quando o docente é desqualificado em suas atividades; ou é exposto ao ridículo.

O assédio moral também é praticado aos sindicatos por parte de reitores, ministro da educação e o próprio presidente da República, quando estes agendam audiências e desmarcam de última hora ou atendem na data marcada, mas com horas de atraso, com o objetivo de causar desgaste emocional ou desistência por parte dos membros sindicais. Estes gestores também assediam moralmente as entidades, desqualificando e criminalizando as mobilizações por melhoria de condições de trabalho, reestruturação da carreira, defesa da saúde pública. Um exemplo é a luta dos movimentos sociais contra a privatização dos hospitais universitários com a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), criada pelo governo federal.

Adua repudia assédio moral dentro da academia

Preocupado com as agressões sofridas pelos docentes, dentro da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o presidente da Adua, José Belizario afirma que a entidade vem realizando um levantamento oral e documental sobre os casos de assédio moral ocorridos em cada uma das unidades acadêmicas da Ufam, de Manaus e fora da capital.

“Nossas visitas têm o objetivo de coletar todas as situações de assédio vividas dentro da Ufam, para que de posse das provas necessárias, a Adua agende uma audiência com a reitoria e exija a tomada urgente de providências para sanar essas ações nefastas”, disse.

A abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) contra

os assediadores e, posteriormente a formalização de uma denúncia no Ministério Público Federal (MPF) estão entre as providências a serem tomadas pela Adua, caso a reitoria se recuse a solucionar o problema em tempo hábil.

Segundo Belizario, mesmo o assédio moral sendo uma prática tão antiga quanto as próprias relações de trabalho, sua existência é inaceitável no ambiente acadêmico, destinado a formação intelectual e que deveria ser o primeiro a dar exemplo à sociedade.

“Algumas pessoas se comportam dentro da Universidade como se ainda estivessem no período da Ditadura Militar, tendo como única diferença o modus operandi sutil e camuflado”, criticou.

#VemPraRua



Cerca de 150 mil tomam as ruas de

A onda de protestos que começou em São Paulo no início do mês e girava em torno apenas da redução da tarifa de transporte público ressoou em Manaus, no dia 20 de junho, como um 'tsunami' de reivindicações, reunindo uma miscelânea de cores, gritos de ordem e mais de cem mil pessoas, conforme as estatísticas divulgadas pela Prefeitura. A manifestação entrou para a história da capital como um dos atos públicos mais participativos dos últimos tempos e o terceiro maior – até o momento – desde que os protestos tiveram início.

A população amazonense respondeu massivamente ao chamamento "Vem pra Rua", que continua ecoando há vários dias em diversas cidades do país, superando inclusive a expectativa dos organizadores da manifestação. Na página do evento em uma mídia social, pouco mais de 65 mil pessoas haviam confirmado a presença no protesto, chamado inicialmente "Ato Nacional Contra o Aumento da Passagem II".

O tom geral foi de indignação, mas, diferente de outras capitais, o ato público de Manaus ocorreu de forma ordeira durante todo o percurso de quase sete quilômetros que saiu da zona Sul com destino à zona Centro-Oeste da cidade. A marcha prevista para iniciar às 17h, saindo da Praça da Matriz, no Centro, recebeu os primeiros manifestantes já por volta das 14h, que começavam a concentrar-se nas imediações da praça. Três horas depois, já estavam tomadas as avenidas Eduardo Ribeiro, por completo, e Sete de Setembro, até a altura da Praça da Polícia.

Divididos em dois grandes blocos, os manifestantes seguiram pelas principais ruas do Centro até encontrarem-se na avenida Djalma Batista, uma das principais vias da capital, na qual estão concentrados três shop-



Na pauta de reivindicação dos manifestações entrou a melhoria nos serviços de saúde, educação e sistema de transporte

Ato público realizado no dia 20 de junho mobilizou mais de 100 mil pessoas, uma das maiores manifestações públicas dos últimos tempos na capital amazonense

pings centers, além de lojas e diversos empreendimentos do ramo dos serviços. Ao longo do trajeto, grupos pequenos oriundos de vias adjacentes uniam-se à multidão que rumava à Arena da Amazônia, onde ocorrerão os jogos da Copa do Mundo de 2014. O ato encerrou por volta das 21h.

Redução da tarifa – No dia 24

de junho, centenas de estudantes ocuparam o Largo São Sebastião, às 17h, de onde saíram em protesto pelas principais ruas do Centro da capital até chegarem ao Palácio Rio Branco, na avenida Sete de Setembro, prédio no qual despacha o prefeito de Manaus. O ato público terminou de forma pacífica, por volta das 19h30, com a entrega, a representantes do executivo municipal, de documento contendo várias reivindicações, entre elas a redução da tarifa de transporte público na capital, além da melhoria no sistema.

Dois dias depois, poucas horas antes de sair o terceiro protesto pelas principais ruas da capital, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, anunciou, após reunião com o governador do Amazonas, Omar Aziz,

e representantes do Movimento Passe Livre (MPL), a redução da tarifa de R\$ 2,90 para R\$ 2,75. De acordo com a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), a meia-passagem custará R\$ 1,40. O novo valor passa a vigorar a partir de 1º de julho.

A "fórmula" encontrada pelo governo do Amazonas foi desonerar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dos ônibus utilizados no transporte coletivo, o que equivale a R\$ 5 milhões por ano. Além disso, parte da tarifa será subsidiada pelos executivos estadual, com mais R\$ 12 milhões por ano, e municipal, com R\$ 8,4 milhões em doze meses.

Mesmo com o anúncio das medidas, tanto o governador quanto o

Fotos: Anderson Vasconcelos



Manaus em três dias de protesto



prefeito se comprometeram a continuar conversando com representantes do MLP e outros segmentos, com intenção de adotar novas medidas que possibilitem outros ajustes. Para que isso ocorra, a população precisa ter conhecimento das planilhas do sistema de transporte, cujas informações sobre investimentos, gastos e bilhetagem ainda são um “mistério” nas mãos das empresas.

A redução da tarifa foi considerada uma vitória pelos manifestantes, mas não foi suficiente para conter os protestos. “A nossa pauta é passe livre para os estudantes e uma tarifa mais justa para a população”, disse o estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas e integrante do Coletivo Tucandeira, Alrivan “Matarazzo” Gomes. No entendimento de representantes do movimento, ainda não foi descontada no valor da tarifa local a desoneração de impostos dada pelo governo federal. “A gente acredita que R\$ 2,75 ainda não contempla uma redução real”, completou. Para ele, uma tarifa mais justa estaria na faixa de R\$ 2.

“O meu dinheiro não é capim, eu quero passe livre sim! O meu dinheiro não é capim, eu quero passe livre sim! Eu quero, eu quero, eu quero passe livre sim! Eu quero, eu quero, eu quero passe livre sim!”, cantavam os estudantes durante o protesto. A frase é uma adaptação de uma cantiga religiosa dedica-

da ao rei Davi, personagem bíblico reconhecido como o maior rei de Israel e dotado de “dons como o da música, da poesia e dos salmos”.

Conforme o estudante, os protestos devem continuar até que os moradores da capital passem a notar melhorias também em outros segmentos, como saúde e educação, presença constante na pauta de reivindicações dos participantes dos protestos.

Reforma Política – Com o anúncio dos “cinco pactos em favor do Brasil”, feito pela presidente Dilma Rousseff, com destaque para a reforma política, aproximadamente 30 mil pessoas, saindo de vários pontos da capital, protestaram em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), na noite do dia 26 de junho.

O maior grupo saiu do Largo São Sebastião, um dos cartões postais da cidade, e seguiu em marcha, mais uma vez, pela avenida Djalma Batista. Os manifestantes seguiram pelo conjunto Eldorado até chegarem à casa parlamentar. No local, os manifestantes gritavam palavras de ordem contra os parlamentares e a corrupção no Amazonas. “Devolve meu dinheiro! Devolve meu dinheiro!”, gritavam os manifestantes.

O protesto foi pacífico. Cerca de 200 policiais faziam a segurança do local. As grades que cercam a casa foram tomadas por cartazes contendo várias reivindicações. O ato encerrou por volta das 21h.

Nacional

Síndrome de Burnout: professores à beira de um ataque de nervos

Por João Luís de Almeida Machado

A princípio é importante definir o que é stress, situação a qual todos nós estamos sujeitos ao longo de nossas atividades diárias. Diferentemente do que pensa a maioria das pessoas, o stress não é uma enfermidade, mas um mecanismo natural de reação do organismo as dificuldades, problemas e questões que se apresentam e que acabam de algum modo nos tirando da zona de conforto, da segurança que normalmente temos em nossos cotidianos.

É, portanto, necessário que tenhamos tais reações, como autêntico “mecanismo de sobrevivência”, a nos deixar alertas e guiar-nos em nossas ações frente ao inesperado. Isso acontece tanto em situações-limite, como por exemplo, um assalto ou um acidente de automóvel, quanto naquelas mais corriqueiras, como começar num novo emprego ou enfrentar uma discussão com o chefe no trabalho.

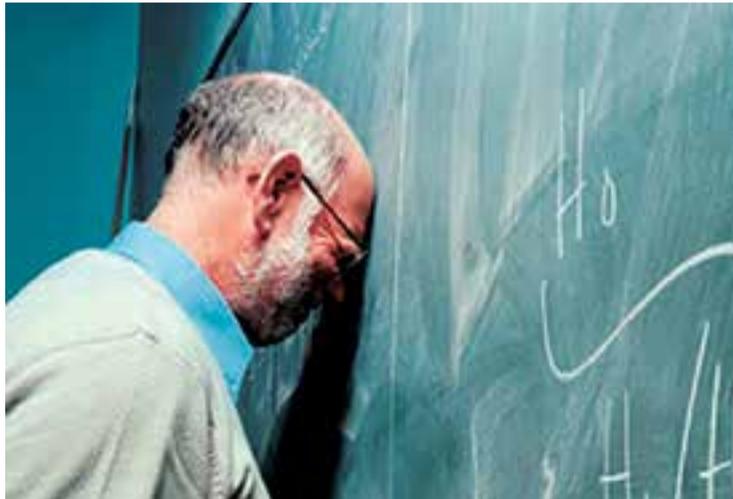
Quando nos vemos diante de tais situações acionam-se hormônios (cortisol e adrenalina), que regulam o organismo e fazem com que tenhamos dois tipos de ação frente aos quadros com os quais nos deparamos, a saber: ou enfrentamos ou fugimos. E o nosso cérebro registra a forma como reagimos e vai fazendo com que isso se torne a ferramenta mais frequente a ser utilizada, ou seja, se batemos de frente, ainda que aquilo de algum modo gere insegu-

rança, sabendo dos prós e contras da situação, esta passará a ser a reação normal que teremos em outras situações-limite. Se correremos da raia, fugindo da situação, será então esta a base operacional de nosso organismo quando colocados em xeque. Este stress, considerado nível 1, é portanto necessário ao ser humano.

O problema é que, além dele, há ainda 4 outros níveis de stress e, quanto mais “evoluímos” nesta escala, significa dizer que mais problemas temos. Vamos afundando porque deixamos os problemas tomarem conta de nosso cérebro e isso, certamente, vai prejudicando aspectos físicos, emocionais, profissionais...

O mais elevado de todos os níveis de stress é conhecido pelo termo “burnout”, que traduzido ao pé da letra significa “combustão”. É exatamente esta figura que caracteriza com precisão o que está acontecendo com uma pessoa acometida pelo burnout. É como se a pessoa fosse consumida pelos problemas e já não tivesse poder de reação.

Neste estágio as pessoas não tem vontade de trabalhar, demonstram clara ansiedade, estão sempre desanimadas, sentem efeitos físicos permanentes (como dores de cabeça, nas costas, no estômago...), adquirem doenças crônicas que mesmo aparentemente solucionadas com tratamentos e remédios retornam depois de algum tempo, começam a se afastar de seus colegas e familiares.



A Síndrome de Burnout, assim como os quadros de stress em geral, associam-se ao trabalho, ao ritmo alucinante de vida que hoje prevalece, as cobranças e demandas da sociedade e do mundo profissional e, como resultado, afetam as outras instâncias da vida das pessoas, repercutindo na família, nas amizades, na vida social, no lazer...

A pessoa afetada quer “sumir do mapa”, passa a considerar errada a sua opção profissional, começa a considerar seriamente a ideia de mudar de trabalho e está emocionalmente fragilizada. Como se sente impotente diante das situações que ocorrem em seu trabalho começa a falhar com maior frequência, o que

torna ainda mais frágil sua situação perante si mesma e, é claro, diante de seus pares. Precisa de atendimento psicológico e carece de descanso e mudanças em sua vida.

No caso dos profissionais da educação há muitos fatores que estão fazendo com que tais pessoas se tornem os líderes deste ranking tão negativo. Superaram socorristas, médicos, enfermeiros, bombeiros e policiais, outras categorias de risco, ligadas a situações de grande stress em seu cotidiano. Os motivos para isso? É certo que o nível de cobrança aumentou muito por parte de todos os elementos com os quais se relaciona profissionalmente, dos gestores da escola aos alunos, dos pais a socie-

dade como um todo.

Só isso, no entanto, não explica, pois a competição internacional acirrada com a globalização torna maior a demanda em todos os segmentos profissionais. Podemos pensar também no fato de que os professores hoje não atuam apenas como profissionais da educação, muitas vezes fazem também o papel de pais, psicólogos, amigos...

Não bastasse isso, a comparação entre o trabalho das escolas implementada com os rankings e provas nacionais e internacionais, a despeito de sua clara intenção de promover uma revisão de procedimentos e melhorar o nível da educação pública e privada, também se tornou elemento que de algum modo pressiona os educadores na busca por “mais e melhores blues” na sua seara profissional.

Outro elemento igualmente estressante são as condições gerais de trabalho e os salários e benefícios. Como o holerite dos professores não corresponde em grau, número e gênero as atribuições que têm pela frente, a sua formação acadêmica e tampouco ao nível de exigência social de sua profissão, os salários tendem a terminar antes do mês e, para compensar, a correria aumenta, com várias escolas fazendo parte dos seus afazeres diários.

Leia o artigo na íntegra no Blog “Pensar e Causar” (<http://pensare-causar.wordpress.com/>)

Internacional

O mundo em 2030

Por Ignacio Ramonet

De quatro em quatro anos, no início de cada novo mandato presidencial nos Estados Unidos, o National Intelligence Council (NIC), o departamento de análise e antecipação geopolítica e econômica da Central Intelligence Agency (CIA) publica um relatório que se converte automaticamente numa referência para todas as chancelarias do mundo.

Ainda que obviamente se trate de uma visão muito parcial (a de Washington), elaborada por uma agência, a CIA, cuja principal missão é defender os interesses dos Estados Unidos, o relatório estratégico do NIC apresenta uma indiscutível utilidade porque resulta de uma posição conjunta – revista por todas as agências de segurança dos Estados Unidos – de estudos elaborados por peritos independentes de várias universidades e de muitos outros países (Europa, China, Índia, África, América Latina, mundo árabe-muçulmano etc.).

O documento confidencial que o presidente Barack Obama encontrou na sua mesa de trabalho na Casa Branca no passado dia 21 de janeiro, ao tomar posse do seu segundo mandato, foi publicado com o título: Global Trends 2030 - Alternative Worlds (Tendências mundiais 2030: novos mundos possíveis). Que nos diz?

A principal constatação é: o declínio

do Ocidente. Pela primeira vez desde o século XV, os países ocidentais estão a perder poder face à subida das novas potências emergentes. Começa a fase final de um ciclo de cinco séculos de dominação ocidental do mundo. Ainda que os Estados Unidos continuem a ser uma das principais potências planetárias, perderão a sua hegemonia econômica a favor da China. E já não exercerá a sua “hegemonia militar solitária” como o faz desde o fim da Guerra Fria (1989). Caminhamos para um mundo multipolar no qual novos atores (China, Índia, Brasil, Rússia, África do Sul) têm como vocação constituir sólidos polos continentais e disputar a supremacia internacional a Washington e aos seus aliados históricos (Japão, Alemanha, Reino Unido, França).

Para ter uma ideia da importância e da rapidez da decadência ocidental que se avizinha, basta assinalar estes dados: a parte dos países ocidentais na economia mundial vai passar dos atuais 56% para cerca de 25% em 2030... Ou seja, em menos de vinte anos, o Ocidente perderá mais de metade da sua preponderância econômica... Uma das principais consequências disto é que os Estados Unidos e os seus aliados já não terão provavelmente os meios financeiros para assumir o papel de polícias do mundo... De tal modo que esta mudança estrutural (somada à profunda crise econômico-financeira atual) poderá conseguir o



que nem a União Soviética nem a Al Qaeda conseguiram: debilitar durante muito tempo o Ocidente.

Segundo este relatório, a crise na Europa durará pelo menos um decênio, isto é, até 2023... E, sempre segundo este documento da CIA, não é seguro que a União Europeia consiga manter a sua coesão. Enquanto isso, se confirma a emergência da China como a segunda economia mundial e com vocação para se converter na primeira. Ao mesmo tempo, os demais países do grupo chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul) instalam-se em segunda linha competindo diretamente com os an-

tigos impérios dominantes do grupo JAFRU (Japão, Alemanha, França, Reino Unido).

Em terceira linha, aparecem agora uma série de potências intermédias, com demografias em alta e fortes taxas de crescimento econômico, chamadas a se converter também em polos hegemônicos regionais e com tendência a se transformar num grupo de influência mundial, o CINETV (Colômbia, Indonésia, Nigéria, Etiópia, Turquia, Vietnã).

Mas de hoje a 2030, no Novo Sistema Internacional, algumas das maiores coletividades do mundo já não serão países, mas comunidades congregadas e vinculadas entre si pela internet

e pelas redes sociais. Por exemplo, ‘Facebooklândia’: mais de um bilhão de usuários... Ou ‘Twitterlândia’, mais de 800 milhões... cuja influência, na “guerra dos tronos” da geopolítica mundial, poderá revelar-se decisiva. As estruturas de poder esmaecer-se-ão graças ao acesso universal à rede e ao uso de novas ferramentas digitais.

A este respeito, o relatório da CIA anuncia o aparecimento de tensões entre os cidadãos e alguns governos numa dinâmica que vários sociólogos qualificam de ‘pós-políticas’ ou ‘pós-democráticas’... Por um lado, a generalização do acesso à rede e a universalização do uso das novas tecnologias permitirão à cidadania atingir altas quotas de liberdade e desafiar os seus representantes políticos (como durante as primaveras árabes ou na crise dos “indignados”). Mas, ao mesmo tempo, segundo os autores do relatório, estas mesmas ferramentas eletrônicas proporcionarão aos governos “uma capacidade sem precedentes para vigiar os seus cidadãos”.

Artigo publicado em Le Monde Diplomatique em espanhol e disponível em monde-diplomatique.es. Tradução de Carlos Santos para esquerda.net. Leia o artigo na íntegra no site da Carta maior (http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22033)

Diretor do Centro Paulo Freire fala sobre desafios da docência na universidade

Docente da Universidade Federal de Pernambuco, o professor Doutor Agostinho da Silva Rosas vem refinando, ao longo dos anos, a experiência sobre “humanização do

trabalho” sob o olhar da pedagogia freiriana e não se nega em socializar o conhecimento acumulado. Em dezembro de 2012, o presidente do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

compartilhou parte dessa “expertise” com os professores da Ufam na conferência “Trabalho, saúde e condição profissional: implicações atuais e lutas em direção à humanização na carrei-

ra docente”, evento promovido pelo ADUA. Nesta entrevista, Rosas volta a “falar” com a categoria sobre os desafios que os docentes devem enfrentar (e superar!) para ter vida mais digna.

Pesquisador:
Doutor Agostinho da Silva Rosas

Formação:
Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física pela UPE, mestre em Ciências do Desporto e da Educação Física pela Universidade do Porto/PT e doutor em Educação pelo PPGE/UFPB.

Na sua avaliação, quais são os principais desafios a serem enfrentados pelos professores universitários para terem uma carreira docente digna?

Gostaria de transitar com a compreensão de que minha fala se fará por um olhar político debruçado sobre a docência. Assim sendo, especulo que dentre vários desafios da docência, do exercício político-pedagógico orientado à formação profissional de nível superior (técnico ou acadêmico), um que tem tirado o fôlego é o reconhecimento da formação não-docente de profissionais que, tendo sido qualificados e selecionados por concurso público, legitimados socialmente, passam a atuar como se fossem docentes. Este tem sido o caso de muitos bacharéis que, apropriados de conhecimentos específicos da área de sua formação, carecem de outros conhecimentos em pedagogia, em teorias da aprendizagem para tomar decisões no contexto da relação ensino-aprendizagem. Aos já em convivência com a prática pedagógica, o cenário parece ser mais drástico. Vícios da formação parecem estar sendo reproduzidos no ambiente da sala de aula na medida em que há carência de argumentos teóricos, técnicos e epistemológicos com as quais decisões (pedagógicas) sejam influenciadas com coerência e rigor crítico. A grande maioria desconhece o significado do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos elementos norteadores das diretrizes curriculares elaborados ao curso em que atua na condição de docente. Penso que a docência deva estar orientada pela força política das singularidades do coletivo docente, do movimento profissional. Precisamos pensar uma formação cuja dinamicidade esteja situada pela leitura crítica da vida pública local e ampliada. Precisamos

articular os saberes em aprendizagem orientados por aquilo que Edgar Morin chamou de educação planetária. Precisamos caminhar na direção do fortalecimento da docência. A dignidade é uma consequência.

“As medidas assistencialistas são tampões, medidas ocasionais para apaziguar determinados cenários que exigem ações de médio e longo prazos”

Nesse caminho, de “humanização do trabalho”, o que conta como contribuição do professor e o que conta como participação do Estado?

Humanização do trabalho exige a vontade política de assumir certa atitude filosófica em que trabalho esteja situado por elementos explicativos da força produtiva humana. Pensar trabalho como condição humana indica a compreensão de que trabalho não se reduz a força braçal, a uma ação física definida pelos argumentos matemáticos. Exige entender estes argumentos, orientar a força de trabalho por valores e princípios sociais situados pela dimensão humanista. Daí que, pensando com Paulo Freire em Educação e atualidade brasileira (1959) assumo semelhante posição. Naquela ocasião o autor assumia a tese de que o povo não tendo participação nas decisões da vida pública, a sociedade se apresentava mais reveladora de características fechadas com fazeres setoriais. Uma sociedade provavelmente mais burocratizada por mecanismos ingênuos, afastados dos valores de humanização do humano. Não entendo a relação situada pelos mecanismos de negação Estado versus servidor público. Mas por outra opção cuja dimensão política seja mediada por uma sociedade dialeticamente em humanização.

Mas, como manter a dialogicidade e pensar em humanização diante de um governo que se recusa a acolher as demandas dos trabalhadores, como vimos na greve dos docentes ano passado?

Estamos dispostos a fazer a Universidade funcionar desta maneira? Temos uma categoria docente? Nos assumimos coletivamente? Não tenho dúvida de que caso tivéssemos consciência coletiva e adotássemos por opção atuar coletivamente, abrir mão de privilégios em nome do coletivo, a condição de

controle por governos seria outra. Corrupção só existe por que há pessoas que se possibilitam corromper e outras serem corrompidas. Se a universidade encontra-se em estado difícil de desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão ao nível da qualificação planetária, dentre os vários motivos um deles deve-se à vontade política de projetos de governos.

Das implicações que a precarização da universidade pode gerar à vida docente, qual o senhor considera mais alarmante?

Diria a formação desqualificada para tomada de decisão no exercício da vida pública. Esta questão encontra-se semelhante ao contexto da primeira. Enquanto não assumirmos nossos limites de conhecimento sobre docência, no exercício da docência, digo, na medida em que atuamos em sala de aula, com a responsabilidade da formação profissional, permaneceremos num jogo que mais se assemelha com os mimetismos dos ‘faz-de-contas’. O professor não é inocente neste ambiente cuja patologia indica elementos decorrentes do sistema nacional de educação. Precisamos pensar-fazer mediado por outra lógica de gestão pública. As medidas assistencialistas são tampões, medidas ocasionais para apaziguar determinados cenários que exigem ações de médio e longo prazos.

Como agir frente à baixa participação dos docentes em lutas coletivas?

Penso que estamos passando por uma fase política em que os discursos têm sido orientados por meios de consensualidades. Esvaziam-se de argumentos éticos humanos situando-se por mecanismos vagos de força coletiva. As práticas sugerem estar condicionadas, predominantemente, por falas de certa ingenuidade política centrada na condição de indivíduos que não se disponibilizando a pensar coletivamente buscam soluções aos problemas da categoria como problema de indivíduo. Mesmo que não possamos assumir esta interpretação como via de regra, parece estar presente nas falas de muitos dos profissionais atuando na docência. De modo geral, diria que a questão encontra-se mais próxima de certa ‘saga’ individual condicionada por regras de produção marcada pelo registro quantitativo que, muitas das vezes acarretam no afastamento da qualidade e fidelidade da produção. Esta pode ser uma reflexão!



Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/03/2013 a 29/03/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	44.583,65	45.194,36	100,00%
1.1	RECEITAS	44.583,65	45.194,36	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	44.431,14	45.058,40	99,70%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	93,31	106,86	0,24%
1.1.3	Receitas com Reprografia	59,20	29,10	0,06%
2	SAÍDAS	46.086,25	40.201,50	100,00%
2.1	PESSOAL	15.144,55	12.329,80	30,67%
2.1.1	Salários	13.964,36	6.283,34	15,63%
2.1.2	Rescisões Trabalhistas	-	2.128,77	5,30%
2.1.3	Férias	-	2.457,69	6,11%
2.1.4	Vale Transportes/Alimentação	1.180,19	1.460,00	3,63%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	3.437,01	3.566,21	8,87%
2.2.1	Contribuição INSS	2.713,18	2.946,41	7,33%
2.2.2	Contribuição FGTS	632,85	521,77	1,30%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	79,11	86,16	0,21%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	11,87	11,87	0,03%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.305,00	4.502,60	11,20%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	250,00	100,00	0,25%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,99%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	3,73%
2.3.4	Serviços de Assistencia Medica	25,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Administrativos	-	622,00	1,55%
2.3.6	Serviços de Despesas com Eleições	-	197,60	0,49%
2.3.7	Serviços de Limpeza/Manutenção	730,00	1.283,00	3,19%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.889,00	4.849,00	12,06%
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.300,00	8,21%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	340,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	193,00	0,48%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.356,00	1.356,00	3,37%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.209,83	-	0,00%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.617,10	-	0,00%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	214,00	-	0,00%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	344,68	-	0,00%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.034,05	-	0,00%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	9.082,19	11.744,72	29,21%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	4.033,98	150,00	0,37%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	720,00	5.092,28	12,67%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	4.328,21	6.502,44	16,17%
2.8	BENS DE CONSUMO	2.970,09	3.112,71	7,74%
2.8.1	Telefone	849,27	831,01	2,07%
2.8.2	Correios/Malotes	887,00	1.121,74	2,79%
2.8.3	Combustível	285,00	345,01	0,86%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	55,00	143,00	0,36%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	479,19	34,39	0,09%
2.8.6	Refeições e Lanches	338,11	82,14	0,20%
2.8.7	Assinaturas de Jornais	-	300,00	0,75%
2.8.8	Despesas com Eventos	-	120,00	0,30%
2.8.9	Materiais Hidraulicos	28,00	-	0,00%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet	48,52	135,42	0,34%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	-	51,00	0,13%
2.9.1	Restituições n/mês	-	51,00	0,13%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	48,58	45,46	0,11%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	48,58	45,46	0,11%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		(13.892,78)	(15.395,38)	
	RECEITAS	44.583,65	45.194,36	
	DESPESAS	(46.086,25)	(40.201,50)	
RESULTADO OPERACIONAL		(15.395,38)	(10.402,52)	
	Banco do Brasil S/A C/C	6.368,51	11.594,46	
	Aplicação Banco do Brasil	27.119,67	27.226,53	
	CAIXA	175,47	930,52	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		33.663,65	39.751,51	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/04/2013 a 30/04/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	45.194,36	60.220,46	100,00%
1.1	RECEITAS	45.194,36	60.220,46	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	45.058,40	60.080,50	99,77%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	106,86	118,16	0,20%
1.1.3	Receitas com Reprografia	29,10	21,80	0,04%
2	SAÍDAS	40.201,50	59.595,08	100,00%
2.1	PESSOAL	12.329,80	9.663,66	16,22%
2.1.1	Salários	6.283,34	8.203,66	13,77%
2.1.2	Rescisões Trabalhistas	2.128,77	-	0,00%
2.1.3	Férias	2.457,69	-	0,00%
2.1.4	Vale Transportes/Alimentação	1.460,00	1.460,00	2,45%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	3.566,21	4.099,53	6,88%
2.2.1	Contribuição INSS	2.946,41	3.087,70	5,18%
2.2.2	Contribuição FGTS	521,77	711,86	1,19%
2.2.3	Contribuição Sindical	-	140,68	0,24%
2.2.4	PIS Folha de Pagamento	86,16	88,98	0,15%
2.2.5	IRRF s/Férias e Salários	11,87	70,31	0,12%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.502,60	8.958,85	15,03%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	100,00	4.088,85	6,86%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,34%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,52%
2.3.4	Serviços de Administrativos	622,00	1.700,00	2,85%
2.3.5	Serviços de Despesas com Eleições	197,60	-	0,00%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.283,00	870,00	1,46%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	4.849,00	5.674,00	9,52%
2.4.1	Serviços Graficos	3.300,00	3.300,00	5,54%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	-	825,00	1,38%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	193,00	0,32%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.356,00	1.356,00	2,28%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	-	20.419,66	34,26%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	-	17.234,20	28,92%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	-	428,00	0,72%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	-	689,36	1,16%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	-	2.068,10	3,47%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	11.744,72	4.420,42	7,42%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	150,00	3.060,42	5,14%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	5.092,28	1.360,00	2,28%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	6.502,44	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	3.112,71	5.439,90	9,13%
2.8.1	Telefone	831,01	838,63	1,41%
2.8.2	Correios/Malotes	1.121,74	213,34	0,36%
2.8.3	Combustível	345,01	350,00	0,59%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	143,00	108,00	0,18%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	34,39	362,88	0,61%
2.8.6	Refeições e Lanches	82,14	698,12	1,17%
2.8.7	Assinaturas de Jornais	300,00	480,00	0,81%
2.8.8	Despesas com Eventos/Congresso	120,00	1.122,00	1,88%
2.8.9	Materiais Hidraulicos/Eletricos	-	1.094,51	1,84%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet	135,42	172,42	0,29%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	51,00	849,60	1,43%
2.9.1	Restituições n/mês	51,00	849,60	1,43%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	45,46	69,46	0,12%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	45,46	69,46	0,12%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		(10.402,52)	(5.409,66)	
	RECEITAS	45.194,36	60.220,46	
	DESPESAS	(40.201,50)	(59.595,08)	
RESULTADO OPERACIONAL		(5.409,66)	(4.784,28)	
	Banco do Brasil S/A C/C	11.594,46	14.517,22	
	Aplicação Banco do Brasil	27.226,53	27.344,69	
	CAIXA	930,52	491,52	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		39.751,51	42.353,43	

Documentários

NAVI/ UFAM realiza 3ª edição da Mostra Etnodoc em julho

O Núcleo de Antropologia Visual da Ufam (NAVI/UFAM) exibe no período de 09 a 12 de julho, no Cine Teatro Guarany (ao lado do Centro Cultural Palácio Rio Negro), da Secretaria de Cultura do Estado (SEC), em Manaus, a 3ª edição da Mostra Etnodoc, composta por 15 filmes realizados no país, no ano passado, e selecionados em edital do Ministério da Cultura (MINC), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Etnodoc tem por objetivo documentar e difundir o patrimônio cultural imaterial brasileiro por meio do apoio à produção de documentários inéditos para exibição em TVs públicas e em espaços culturais.

À frente da realização das duas primeiras edições do Etnodoc, em 2009 e 2011, o NAVI/UFAM contará durante a 3ª edição do evento, com a presença de três dos 15 realizadores dos filmes a serem exibidos: a designer Paula Dib, de São Paulo, idealizadora do do-

Voltado a professores e estudantes universitários e do ensino médio, o evento é uma oportunidade de análise dos sistemas visuais utilizados na construção das identidades e das representações culturais das sociedades

documentário “A sandália de Lampião”; o pesquisador da UFAM, Moacir Biondo, personagem do documentário de Kika Gouvêa, do Amazonas, “Paisagens do conhecimento”; e o ator Adriano Barroso, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas e Curtametragistas do Pará (ABDeC-PA), autor do documentário “Pássaros Juninos”; assim como de convidados a participarem dos debates programados após a exibição



A 3ª edição da Mostra Etnodoc é composta por 15 filmes realizados no país, no ano passado e selecionados em edital do Ministério da Cultura

dos filmes.

Com a abertura oficial programada para as 19h do próximo dia 9, a Mostra exibirá também documentários de nomes expressivos do audiovisual no Brasil, como Silvio Tendler (RJ), Márcia Paraíso (CE) e Shaynna Pitori (SP).

Voltado a professores e estudantes universitários e do ensino médio, o evento é uma oportunidade de análise dos sistemas visuais utilizados na construção das identidades e das representações culturais das sociedades, assim como, de percepção da produção visual como meio de reflexão e conhecimento da diversidade sociocultural.



Vale a pena ler

Livro: Ao Professor, com o meu carinho
Autor: Rubem Alves
Editora: Versus
Nº de Páginas: 128
Valor: R\$ 14,90

O livro ‘Ao Professor, com o Meu Carinho’ é uma viagem literária que apresenta ao leitor, por meio de um texto metafórico, questões relativas à prática docente. Inibidora de comportamentos canônicos, aqui o discente, sujeito-homem, em sua capacidade ancestral pode pensar, criar. Junto ao docente, em uma trama poética, abrem-se ao desconhecido, pois constroem subjetividades e contos analógicos na própria aquisição do conceito e do saber científico.

O livro está dividido em “Sobre os Perigos da Leitura”, “Sobre Transas e Ensinar”, “Sobre Transas e Ensinar 2”, “O Fim dos Vestibulares”, “Cabeça Vazia”, “Magia”, “Receita pra se Comer Queijo” e “Pensar”.

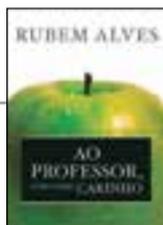
O primeiro capítulo nos coloca a refletir sobre o formalismo que o mundo científico nos impõe, afastando-nos da capacidade de saber pensar, pensar em coisas simples como coisas cotidianas. O segundo capítulo trata de analogia, como um conhecimento útil que serve para explicar coisas que o

conhecimento científico não consegue: como as coisas do amor.

O terceiro capítulo estabelece uma analogia entre o fazer amor e o ensinar, aprofundando a compreensão da seção anterior entre conhecimento científico e analogia, assinalando à construção do conhecimento de maneira prazerosa. O quarto capítulo propõe a substituição do tradicional exame vestibular por sorteio dos egressos do Ensino Médio.

O quinto capítulo nos diz que cabeça vazia não é oficina do diabo, mas um quarto de brinquedos, nos fazendo brincar com as palavras. O sexto capítulo fala sobre interpretação, mas informa que é melhor e mais prazeroso ter uma ideia em neblina, do que duas em sol a pino.

Alexsandra Gomes Barros é graduada em Pedagogia e possui especialização em Docência do Ensino Superior; Gestão Escolar; Supervisão Escolar e Orientação Escolar. Atua como professora na UNDB e na FLORENCE. Leia o artigo na íntegra no site florencemrevista.florence.edu.br/images/stories/artigos/edicao1/aoprofessor.pdf.



Vale a pena ver

Flávio Ricardo Vassoler
Título Original: Entre les Murs
Gênero: Drama
País de Origem: França
Tempo de Duração: 128 minutos
Ano: 2008

Início do ano letivo Entre os muros da escola (2008), filme dirigido por Laurent Cantet. Título nada gratuito: é preciso estudar, vigiar e punir. Em uma sala de aula de uma escola da periferia parisiense, os vestígios do colonialismo francês se fazem presentes. Adolescentes de vários países da África, do Oriente Médio e da Ásia. O professor de francês (branco) tentará ensinar aos alunos a língua de Voltaire e Rousseau, a língua do Iluminismo.

Como entender o projeto das Luzes sem mencionar o papel fundamental que a educação teria para a transformação da humanidade? O problema é que, via de regra, as luzes dos holofotes precisam conviver com as sombras que se insinuam. Que fazer com os povos “bárbaros” que não tiveram o bom quinhão de pertencer originariamente aos domínios franceses? Ora, é preciso colonizá-los, isto é, educá-los.

A escolha do professor de francês como protagonista – ou pior, anti-herói – é

certeira. A língua discrimina a nacionalidade, a classe social, o orador docente e os entediados ouvintes discentes. A língua conjuga o poder. Mas o contexto pós-colonial da segunda metade do século XX começa a questionar e a embaralhar os papéis hierárquicos antes nitidamente demarcados. Pais e alunos participam dos conselhos escolares. Para que o poder (escolar) continue a (re)produzir suas advertências e expulsões, é preciso ouvir o que o aluno tem a dizer em legítima defesa. Como muitos diretores e professores fazem questão de frisar, aluno, etimologicamente, é aquele que não tem luz – “a”, não, “luno”, luz –, aquele que, então, precisa aprender. Ainda que a pedagogia democrática postule o respeito à alteridade como um de seus princípios, será que a escola ilhada entre seus muros consegue efetivamente ressignificar e confrontar os processos de exclusão e discriminação?

Flávio Ricardo Vassoler é mestre e doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada pela FFLCH-USP e escritor. Leia o artigo na íntegra no site <http://www.cartamaior.com.br>



Dicas da web

USP lança site Canal do Ensino

Inspirada em serviços já em uso por Universidades de grande reconhecimento internacional como a Harvard, Yale, Columbia, MIT e Princeton, a USP criou um novo portal (e-Aulas) no qual disponibiliza parte de seu acervo didático. São cerca de 800 videoaulas divididas em três categorias específicas: Exatas, Humanas e Biológicas. O Canal do Ensino está disponível a qualquer pessoa no endereço eletrônico www.eaulas.usp.br, elaborado pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da instituição. Além do material divulgado, o portal também compi-



lou vídeos relacionados e possibilitou o compartilhamento de todo o seu conteúdo via redes sociais. O serviço não é só uma novidade no campo do saber, mas expressa o reconhecimento por parte da Universidade que uma de suas funções é a disseminação do conhecimento.

Ferramenta detecta plágios

Para os professores que não têm tempo a perder, mas precisam coibir o fenômeno “Copiar/Colar” nos trabalhos acadêmicos, o Plagiarism-detect.com (plagiarism-detect.com) é uma ferramenta indispensável no dia a dia. O serviço online e gratuito auxilia na detecção de plágios em documentos, textos e websites de forma simples e rápida. Mediante a digitação ou inserção de parte do texto a ser verificado, o site apresenta a



porcentagem do conteúdo plagiado, os links para os trabalhos similares, a porcentagem de conteúdo semelhante em cada fonte e as frases comuns aos dois trabalhos.

NOTA SOBRE O LANÇAMENTO DA CAMPANHA DE FILIAÇÃO DA ADUA – SEÇÃO SINDICAL

A ADUA lança a sua campanha de filiação de forma contundente neste mês de junho, acompanhando o lema do ANDES-SN: Um a mais é muito mais! Unindo forças, conquistamos nossos direitos.

Nossa campanha tem como objetivo primordial aumentar a participação política dos docentes da UFAM em nosso sindicato e incentivá-los a conhecer os direitos que poderão usufruir, assim como, a participarem efetivamente da luta da categoria, para que juntos possamos debater e traçar estratégias para combater as medidas governistas que prejudicam os docentes (congelamento dos aumentos salariais abaixo da inflação de salários dos professores, desvalorização de previdência social e as más condições de trabalho). Com tais medidas, o governo desvaloriza a educação pública, prejudicando professores e alunos. Por isso, é importante que todos os professores da UFAM estejam filiados à ADUA e participem efetivamente da tomada de decisões para cada vez mais fortalecer o nosso sindicato, pois só nos fortaleceremos e nos valorizaremos enquanto indivíduos, quando também o fizermos coletivamente.

Para começar bem o primeiro período letivo de 2013 na UFAM, e aumentar ainda mais

a representatividade, a ADUA está lançando a campanha de filiação para novos filiados e convidando a todos os professores da universidade das unidades acadêmicas de Manaus, Itacoatiara, Parintins, Coari, Humaitá e Benjamin Constant, a se sindicalizarem. O crescimento da universidade nos últimos 10 anos nos obriga a repensar as formas de representatividade e as instâncias de decisão, portanto, ao mesmo tempo que fazemos um chamado à filiação iniciamos em junho visitas às unidades acadêmicas para propor o debate sobre os temas que afligem à categoria. Junto a nosso jornal bimestral de maio e junho (com as razões para se filiar, convênios e ações que serão ajuizadas em benefício dos professores) estaremos encaminhando fichas de filiação e camisetas para os novos filiados.

Finalmente, é importante destacar que apenas os professores filiados terão o direito de usufruir de convênios firmados pela ADUA com farmácias, supermercados e áreas de lazer, com descontos especiais. A ADUA está estudando outros benefícios para os seus associados e em breve anunciaremos a lista destes benefícios em nossa página e por carta que será enviada para o endereço eletrônico de todos os associados.

A DIRETORIA

Comentários



A ADUA Vêia de Guerra sempre na Luta. Seção Sindical do ANDES-SN, um sindicato que nunca se curvou às elites dominantes. Perseguido ferozmente no Governo Lula-Dilma, realizou a maior greve dos professores das instituições de ensino superior em 2012. (sobre a participação de professores da Ufam nos recentes protestos públicos pelas ruas de Manaus)

Luiz Fernando Souza Santos

Espaço de Unidade de Ação, núcleo que articulou a grande marcha em Brasília no dia 24 de abril, convoca sindicatos, movimentos populares e organizações estudantis a cobrarem suas reivindicações. (sobre o chamamento do Andes-SN para que os docentes participassem do Dia Nacional de Lutas, em 27 de junho).

Gleice Oliveira Guarani-Kaiowá



Super justo e possuem meu apoio, fico apenas com pena dos vigias que estarão lá... (sobre participação dos docentes nos protestos concentrados no Largo São Sebastião)

Kleber Romão

boas lições

Sintesam denuncia poluição ambiental na Ufam

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam) denunciou, em maio deste ano, o lançamento de detritos e entulhos em áreas verdes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Segundo o sindicato, o material descartado de forma inadequada é de responsabilidade das empresas de obras e manutenção que atuam na Universidade.

A prática, que segundo o coordenador executivo do Sintesam, José Nilton Pereira, ocorre há alguns anos, é de conhecimento da Ufam, mas nunca foi

solucionada pela administração da universidade.

“Esse lixo, por conter resíduos químicos e sólidos, pode prejudicar o lençol freático das áreas e causar danos irreparáveis. As empresas deveriam assinar previamente um termo de ajuste para atuar no Campus, onde se comprometessem a jogar o entulho em local adequado”, frisou.

No último dia 29 de maio, em entrevista ao veículo de comunicação local, o prefeito do campus da Ufam, professor Atlas Augusto Bacellar comprometeu-se em tomar as devidas providências.



O Sintesam também identificou uma concentração de materiais atrás do prédio da Prefeitura do Campus

“Não vamos fugir da responsabilidade. Infelizmente, algumas empresas acabam jogando o lixo em local inadequado e, como o território é grande, muitos invadem e também jogam detritos na floresta”, explicou.